

RESUMO EXPANDIDO - EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E JUSTIÇA SOCIAL

**EPISTEMICÍDIO DA NEGRITUDE: ANÁLISE DE DOCUMENTOS
CURRICULARES EM FACULDADES PARAENSES DE PSICOLOGIA**

Menkell Souza Rodrigues (menkell.rodrigues@gmail.com)

Yago Lohan Rodrigues Dos Santos (yagolohan00@gmail.com)

Raniele Silva Albernás (raniele.albernás@ifch.ufpa.br)

Carlos Eduardo Lima Leão De Araújo (caduleaoaraujo@gmail.com)

Maria Lúcia Chaves Lima (marialuciacy@gmail.com)

Introdução: A formação em Psicologia no Brasil tem sido historicamente marcada por um processo seletivo de legitimação de saberes que privilegia matrizes epistemológicas eurocêntricas e descontextualizadas das realidades sociais brasileiras. Este processo, longe de ser neutro, opera como um mecanismo estrutural de exclusão de epistemologias produzidas a partir das experiências históricas, culturais e políticas da população negra, configurando aquilo que Sueli Carneiro (2005) denomina epistemicídio: a negação sistemática da produção intelectual negra e de suas formas próprias de compreensão do mundo. Nesse sentido, é possível apontar que a psicologia brasileira, enquanto ciência e profissão inserida nesse contexto de saberes hierarquizados, reforça ainda em seu processo de formação profissional uma série de exclusões que

coadunam com o discurso hegemônico branco ao silenciar os debates atrelados às questões étnico-raciais nos espaços de ensino. Naturalizando concepções universalistas de sujeito, saúde e sofrimento psíquico, frequentemente dissociadas das marcas do racismo estrutural, do colonialismo e das desigualdades raciais (Nascimento, 2019), a ausência ou a abordagem superficial das questões raciais nos currículos de psicologia não constitui mera lacuna pedagógica, mas sim a consolidação de uma série de violências simbólicas e institucionais que afetam tanto a produção do conhecimento quanto as práticas profissionais. No caso da região Norte, e particularmente do estado do Pará, essa problemática adquire contornos ainda mais complexos, considerando a centralidade histórica da população negra e indígena na constituição sociocultural amazônica e, simultaneamente, sua persistente invisibilização nos projetos formativos das profissões da saúde (Oliveira, 2020). Os Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de Psicologia constituem documentos normativos privilegiados para a análise desses processos, uma vez que materializam escolhas epistemológicas, políticas e pedagógicas que orientam a formação profissional. Eles expressam não apenas diretrizes curriculares formais, mas um projeto de sujeito, de sociedade e de ciência que atravessa a organização dos componentes curriculares, das ementas, das bibliografias e das práticas de estágio (Sant'Ana; Guzzo, 2016). Assim, investigar o lugar ou a ausência da negritude nos documentos curriculares implica analisar como o epistemicídio opera concretamente na estrutura formativa, na seleção de conteúdos e na legitimação de determinados referenciais teóricos em detrimento de outros. Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar de que modo a negritude é abordada ou silenciada nos documentos curriculares dos cursos de Psicologia do estado do Pará, problematizando os processos de epistemicídio que atravessam a formação acadêmica. Parte-se da hipótese de que a presença da temática racial nos currículos, quando existente, tende a ocorrer de forma fragmentada, periférica ou despolitizada, sem tensionar os fundamentos epistemológicos da Psicologia enquanto ciência e profissão. Ao eleger a análise documental como estratégia metodológica, este estudo busca contribuir para o debate sobre formação crítica em Psicologia, evidenciando os limites e possibilidades de uma reconfiguração curricular comprometida com a justiça epistêmica e racial;

Método: Seguindo os objetivos propostos pelo presente estudo, optou-se por uma abordagem qualitativa, do tipo documental, cujo objetivo é a análise de documentos curriculares dos cursos de graduação em Psicologia, na modalidade bacharelado, oferecido pelas instituições de ensino superior concentradas no estado do Pará. Não foi feita distinção entre instituições públicas e privadas, uma vez que objetivou-se avaliar os diferentes modos que os Projetos Político-Pedagógicos (PPP) comportam a negritude, a partir da hipótese de uma presença precarizada ou ausência completa. O tratamento dos dados foi orientado pela Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), por se tratar de um método que possibilita a apreensão sistemática e rigorosa dos sentidos manifestos e latentes presentes nos documentos. Esta permite ultrapassar uma leitura meramente descritiva dos textos, favorecendo a identificação de regularidades, ausências, recorrências e silêncios significativos - aspecto central para a investigação de processos de epistemicídio curricular. Para a coleta dos documentos necessários à pesquisa, utilizou-se, em janeiro de 2026, da plataforma oficial do Ministério da Educação E-Mec, que lista cursos de graduação e instituições de ensino superior reconhecidas pelo MEC em todo o território nacional. Configurou-se a plataforma para buscar cursos de graduação em psicologia, atualmente ativos, na modalidade bacharelado no território da unidade federativa Pará. Não foi selecionada qualquer outra especificidade oferecida pela plataforma, como o índice do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), sua modalidade (presencial, semipresencial ou à distância) ou gratuidade. Após a plataforma prover a lista, foi realizado o download dos PPPs nos sites das instituições, quando oferecidos. No caso da ausência do PPP, buscou-se a matriz curricular do curso na instituição; Resultados: Com a utilização da plataforma E-Mec, obteve-se um total de 37 cursos ativos no estado do Pará. Destes, 11 foram excluídos dos dados finais pois pertencem à mesma instituição em diferentes campi e possuem a mesma matriz curricular, além de 8 outros cursos que não possuem plataforma digital ou PPP/matriz curricular disponível em suas plataformas. Após essa etapa, foram obtidos 3 PPPs e 15 matrizes curriculares. A partir dessa coleta, os documentos elencados foram classificados nas seguintes categorias de análise: 1) estruturas curricular com menção explícita a debates étnico raciais na psicologia; 2) estruturas curriculares com abertura para

debates correlatos aos étnico raciais, como disciplinas que tangenciam as discussões sobre direitos humanos e diversidade; 3) estruturas curriculares que não mencionam ou sugerem debates étnico raciais, segundo os critérios adotados. Na categoria 1, enquadraram-se estruturas curriculares de 6 Instituições de Ensino Superior (IES); na categoria 2, entraram a estrutura curricular de 4 IES; na categoria 3, apontou estruturas curriculares de 8 IES. A partir destes dados, aponta-se como destaque: das 3 instituições que possuem um PPP estruturado, um documento mais completo em relação à estruturação de matriz curricular, somente uma possui uma grade curricular que se enquadra na categoria 1, enquanto o restante foi designado à categoria 3; dentre os planos pedagógicos da categoria 1, dois pontuam com componentes curriculares não-obrigatórios, ficando a cargo do aluno optar por cursar ou não a disciplina que aborde questões étnico raciais na psicologia. Este fato, somado ao grande quantitativo da categoria 3, traduz a condição de marginalidade dos saberes afrodiaspóricos nos espaços de formação do(a) psicólogo(a). Para Carneiro (2005), não se trata de uma mera posição relapsa por parte das instituições em abordar tais temas, mas sim de um mecanismo racial em ação, alicerçado em uma ideologia de branqueamento que pauta os currículos (Gonzalez, 1988). Os dados apontam que o epistemicídio não se limita à omissão bibliográfica, de modo simplório, mas integra um projeto histórico de poder vinculado à colonialidade (Quijano, 2009;), uma vez que estruturam uma lógica do “sujeito óbvio” ausente de complexidades que não as atribuídas à pessoa branca-universal, que perpetua numa replicação inclusive curricular. A universidade, ao sustentar a ideia de neutralidade e universalidade da ciência, incorre na reprodução de uma geopolítica do conhecimento que posiciona saberes europeus como universais e relega conhecimentos afro-diaspóricos, por exemplo, à condição de particularismos culturais. No plano formativo em Psicologia, isso se traduz na manutenção de currículos que tratam o sofrimento psíquico de forma descontextualizada, dissociando-o dos efeitos do racismo estrutural e da colonialidade (Almeida, 2019). Conclusão: Conclui-se que o enfrentamento do epistemicídio na formação em Psicologia demanda transformações estruturais e não apenas inserções pontuais de conteúdos sobre relações raciais. Nesse sentido, a presente pesquisa contribui com dados empíricos que evidenciam a materialidade do epistemicídio da negritude e da

solidão acadêmica da pessoa negra. É necessário revisar criticamente critérios de validação científica, ampliar a presença de intelectuais negras e negros nos currículos e reconhecer a pluralidade epistemológica como princípio formativo. Políticas públicas educacionais comprometidas com a justiça racial devem ir além da formalização normativa e promover mudanças concretas na organização curricular, na formação docente e nas práticas institucionais, buscando uma ciência e profissão psicológica socialmente orientada.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, Felipe Arthur Cordeiro; CÔRTEZ, Gisele Rocha. Raízes do epistemicídio negro: análise da produção científica do ENANCIB (1994-2019). Em Questão, Porto Alegre, v. 29, 2023.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, No. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

OLIVEIRA, Wanderson Flor do Nascimento. Colonialidade, racismo e Psicologia no Brasil. Revista da Abordagem Gestáltica, Goiânia, v. 26, n. 3, p. 310–321, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009.

SANT'ANA, Isadora Maria; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Psicologia escolar e projeto político-pedagógico: análise de uma experiência. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 194–204, 2016.

Palavras-chave: formação em psicologia; epistemicídio; racismo estrutural.